

Neste quadro, e comparativamente aos dados de 1991, realce para o aumento no número de alojamentos e edifícios sem que, contudo, isso implicasse um aumento da população residente. São valores que fazem pensar, sobretudo na desertificação do centro histórico da Vila de Sintra, com grande quantidade de edifícios devolutos e uma população decrescente e envelhecida.

Esperamos que este trabalho também sirva como instrumento de reflexão sobre a ocupação humana na freguesia. Que sirva como base, ou simples e modesto apoio, a planos integrais e integrados de ordenamento, de urbanismo, de incentivos à recuperação de edifícios, à implementação de programas de arrendamento de casas para a juventude...

São Martinho

Itinerários do Património





vale a dizer a mais vasta e rica série de azulejos mudéjares do Mundo. Depois, vá sentindo que está penetrando num paço mourisco, de conto de fadas, e deslumbre-se com o tecto da Sala dos Cisnes que nos recorda o casamento da Infanta D. Isabel de Portugal com Filipe «o Bom» da Borgonha, a revivalização de lendas medievas, algo maliciosas, na Sala das Pêgas, a fantástica Sala dos Brasões, espelho glorioso da nobreza lusitana; o pavimento desgastado pelos contínuos passos de D. Afonso VI, enclausurado nos derradeiros nove anos da sua vida naquela sala. E, ao sair, deite um último olhar às chaminés descomunais que coroam a grande cozinha monacal e que constituem o mais conhecido e difundido *ex-libris* da Vila de Sintra.

Casas dos Templários:

Depois da tomada de Sintra aos mouros, em 1147, tratou D. Afonso Henriques de entregar a guarda da vila à Ordem do Templo. Assim, através de um documento de 1152 dirigido a D. Gualdim Pais, Grão-Mestre da dita Ordem, ficaram os Templários como primeiros donatários de Sintra. Entre várias doações que o rei efectuou, destacam-se, para além da Mata de Almosquer, algumas courclas e azenhas, umas casas no centro da vila.

Francisco Costa, eminente escritor sintrense, no seu *Paço de Sintra*, localiza estas Casas dos Templários definitivamente, situando-as onde se encontra hoje o Café Paris e o Hotel Central.

Beco da Judiaria:

Aqui se recolhiam os seguidores da Lei de Moisés, num beco que fechava as portas pelas Avé-Marias, ou Vésperas, impedindo os seus moradores de sair, salvo motivo especial. Esta Judiaria sintrense, a exemplo do que sucedia por todo o reino, tinha a sua própria gestão e funcionários, como, por exemplo, o tabelião, porteiro e rabi. A sinagoga, ponto central desta pequena comunidade, situava-se no terceiro prédio depois de transpormos os portais da Judiaria, já que de acordo com uma carta de aforamento de dois prédios urbanos datada de 1407, afirma-se que eles ficavam entre a sinagoga e a porta da Judiaria.



Torre do Relógio:

Embora os procuradores de Sintra às Cortes de Santarém, em 1468, falassem na necessidade de manutenção do relógio da Vila, julga-se que não se tratava do actual inscrito na Torre, já que nos desenhos de Duarte d'Armas (1507), não aparece qualquer representação. Assim, alguns historiadores apontam o final do reinado de D. Manuel I, ou inícios do de D. João III, talvez coeva da construção da Sala dos Brasões do Paço Real.

Certo é que a Torre do Relógio ficou bastante danificada com o terramoto de 1755, razão pelo qual apresenta, ainda hoje, uma traça eminentemente pombalina. Anexa à antiga Cadeia, que funcionava onde estão, actualmente, instalados os Correios e que foi transferida apenas em 1911, a Torre do Relógio cumpria, para além da sua função óbvia de dar horas, chamar o povo em caso de sinistro, de necessidade política, ou quando algum preso se evadia.





Igreja de São Martinho:

De origem românica, provavelmente da segunda metade do século XII, apenas podemos falar da Igreja Paroquial de São Martinho a partir de 1283, ano em que lhe são ordenados e concedidos estatutos, os quais, no entanto, somente em 1306 tiveram aprovação. Estabeleceu-se, deste modo, todos os seus regulamentos e propriedades (destacando-se, dentre elas, as ermidas de

São Romão de Lourel e de São Mamede de Janas).

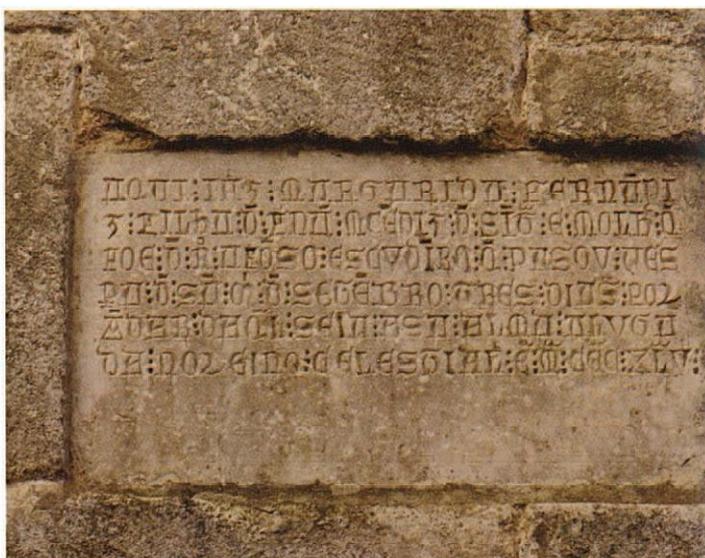
Com o correr dos tempos, a Matriz de Sintra e sede da Real Colegiada de São Martinho terá sido alvo de diversas campanhas de restauro e beneficiação, realçando-se a levada a cabo durante o reinado de D. Manuel I.

Muito mais tarde, já no século XVIII, temos notícia da construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora dos Desamparados, com vista a ministrar serviço religioso aos presos da Cadeia, por isso encostada à parede leste da Igreja e virada para o estabelecimento prisional, acopolada, portanto, à Matriz e edificada a partir de 1755, depois do terramoto. Concluídos os trabalhos de reconstrução apenas em 1773, a actual arquitectura desta igreja não é mais do que o resultado da sua fábrica setecentista.

Contudo, a Igreja Paroquial de Sintra é um templo de provável origem românico-gótica, embora seja hoje um bom exemplar de arquitectura do séc. XVIII, bem implantado no terreno e detentor de uma austera frontaria tardo-setecentista provida de galilé.

Do seu acervo, destacam-se três excelentes pinturas quinhentistas alusivas à vida de São Martinho de Dume, que decoram as paredes da nave, as quais, decerto, integrariam o primitivo retábulo-mor de meados do séc. XVI.

A Matriz preserva ainda uma boa colecção de imaginária setecentista, de pratas e de paramentos, para além dos belos vestígios estruturais trecentistas (panos cegos da ábside contrafortada, lápide gótica de Margarida Fernandes (1334) e inúmeras siglas de canteiro).



Paço dos Ribafria:

Gaspar Gonçalves, embora de origem humilde, angariou uma fortuna apreciável e mereceu a confiança da Casa Real. Em 1518, D. Manuel designou-o porteiro-mor da real câmara, posto que o obrigou a estabelecer-se com carácter quase permanente em Sintra. Assim, no ano de 1534, Gaspar Gonçalves ergueu,



perto do Paço Real, a sua residência. Mais tarde, em 1541, quando reinava D. João III, foi-lhe outorgado o título nobiliárquico de Senhor de Ribafria, e, em 1569, recebeu o cargo de alcaide-mor de Sintra, lugar exercido por membros da sua família durante várias gerações.

André Gonçalves, filho de Gaspar Gonçalves, veio a casar com D. Luísa de Albuquerque, facto que contribuiu sobremaneira para a consolidação da novel linhagem dos Ribafrias. Foi nessa casa da Vila de Sintra que nasceu André de Albuquerque Ribafria (neto do primeiro Ribafria), militar distinto, morto em 1659 no cerco de Elvas, aquando da Guerra da Restauração.

Porém, em 1727, Pedro de Saldanha Castro Ribafria vendeu o seu paço a Paulo de Carvalho de Ataíde, arcebispo da Santa Igreja Patriarcal, que o legou ao sobrinho, Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, ministro plenipotenciário de D. José I.

Por tudo isto, o Paço dos Ribafria apresenta, logo na sua fachada austera, alterações ocasionadas por diversas campanhas de restauro. Assim, a par das janelas manuelinas, evidenciam-se outras de cunho já pombalino.

A residência é constituída por três corpos dispostos em U, que formam um pátio interior. O acesso a esse pátio processa-se através de um portão circundado por uma singela cantaria chanfrada. Deveras significativo é o átrio abobadado, cujas ogivas assentam num complexo jogo de arcos e nervuras, nascidos dos diversos ângulos. Este átrio está ornamentado com tímpanos de temática medieval, enquanto os fechos de abóbadas se apresentam já concebidos segundo as renovadas concepções artísticas da época. Destaca-se ainda a existência de dois arcos de volta perfeita, suportados por colunas e capitéis italianizantes, e ornamentados com volutas e carrancas. No capitel central, pode ler-se a seguinte inscrição: «esta obra fez Pero Pexão no anno de myl e quinhêtos XXXIII annos».

Estação Romana de Sintra:

No próprio aro urbano e mesmo sub-urbano da Vila Velha de Sintra, muito poucos são os achados atribuíveis à época romana. A maior parte das descobertas pré-medievais remontam sobretudo ao Neolítico e ao Calcolítico, tendo-se inclusivamente chegado a duvidar durante muito tempo da existência de uma efectiva presença romana.

Todavia, há já muitos anos, foi encontrado no Arraçário, por detrás do Paço Real, um carneiro votivo de bronze, de segura cronologia e fabrico proto-histórico - ou mesmo romano -, não sendo este achado, no entanto, suficiente para afastar as referidas dúvidas. Mais tarde, entre os materiais recolhidos nos silos da Rua Gil Vicente, um novo vestígio romano foi detectado, desta feita uma moeda imperial datada do século IV d.C..

Mas foram apenas os materiais exumados na campanha de escavações efectuadas sob o prédio sito à Rua das Padarias, nº 14, em 1985, que confirmaram, pela sua conservação *in loco*, a inequívoca ocupação romana de Sintra.

Estes materiais exumados no prédio nº 14 da Rua das Padarias, por terem sido encontrados *in loco*, torna-os preciosos e releva-os para um plano de importância crucial. Saliente-se, dentre estes, um fragmento de travessa de Terra Sigillata Clara D, tardia, atribuível aos séculos V-VI d.C., uma moeda de provável cronologia situada nos finais do século IV - inícios do V d.C., duas pontas de fuso em bronze e alguns fragmentos de boca de ânfora, para além de um troço de muro, de aparelho irregular e parcialmente destruído, mas muito semelhante a outras estruturas postas a descoberto em estações romanas da mesma época sitas noutras áreas da região de Sintra.

Celeiro da Jugada:

Este edifício, sito no Largo Latino Coelho, terá servido como celeiro onde era depositado o pagamento da jugada, direito real imposto nas propriedades lavradia, ordinari-

amente baseado no número de jugos ou juntas de bois, com que o colono agricultava a propriedade. Em 1834, depois da extinção das Ordens Religiosas, o Celeiro serviu para depositar as reliquias trazidas das igrejas e conventos.



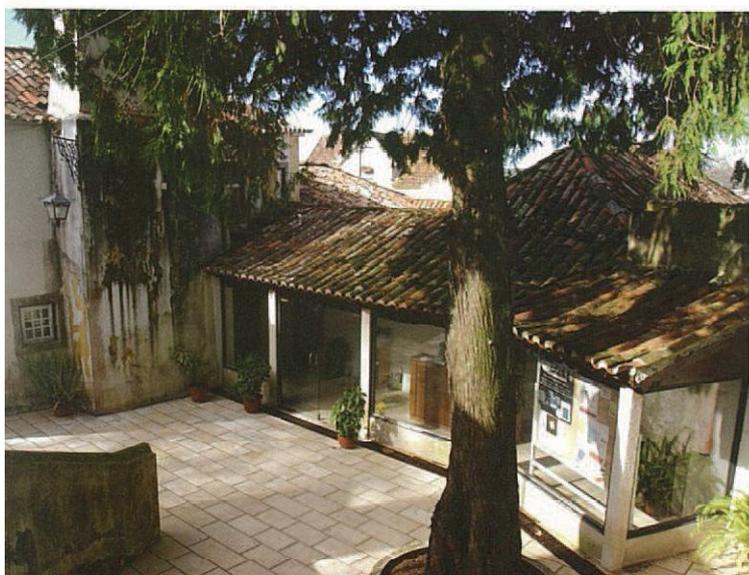
Casa de Latino Coelho:

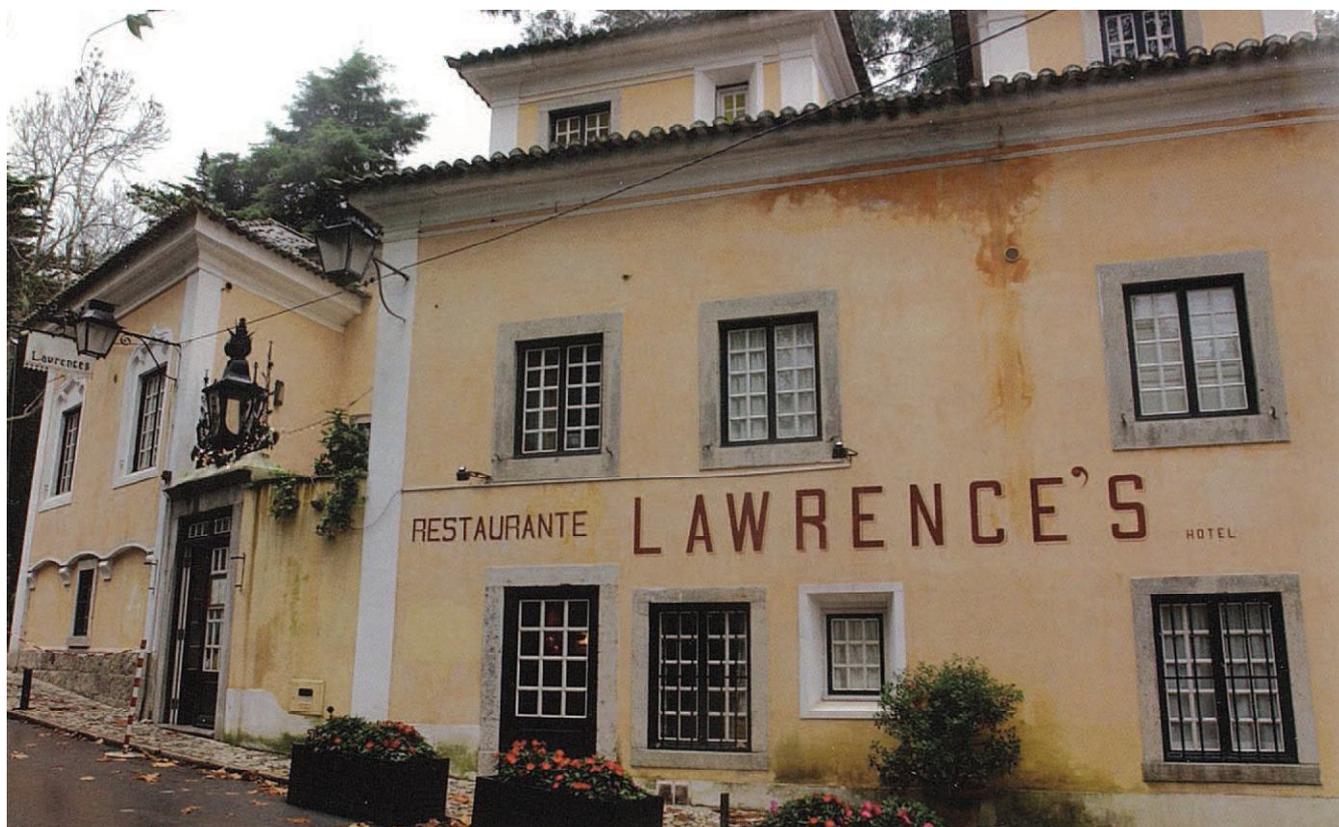
Este largo, que outrora se chamou do Terreirinho, tem hoje o nome de Latino Coelho, grande figura liberal, oficial do exército, escritor, professor e político que nasceu em Lisboa, a 29 de Novembro de 1825, e faleceu em Sintra, na casa que, neste largo, faz esquina com a Travessa da Caracota, no dia 29 de Agosto de 1891, conforme assinala a lápide na fachada. Em reunião de Câmara de 22 de Junho de 1916, foi deliberado assinalar o 25º aniversário da sua morte. Assim, para além de se ter publicado um livro de homenagem, onde participaram as mais gradas figuras políticas e literárias do tempo, foi escolhido o dia 29 de Agosto para feriado do concelho. Mas depois do 28 de Maio de 1926, o feriado municipal passou para o dia de São Pedro.



Museu Ferreira de Castro:

Instalado em plena Vila Velha, no Casal de Santo António, contém o espólio particular, literário e artístico do grande romancista português José Maria Ferreira de Castro (1898-1974). Numa visita a este espaço museográfico, pode-se contactar directamente com a obra do escritor, quer nos originais quer nas publicações mais significativas; com obras de muitos outros artistas seus contemporâneos a ele dedicadas; e ainda com a recriação do gabinete de trabalho de Ferreira de Castro.





Lawrence's Hotel:

O Lawrence's Hotel foi a primeira unidade hoteleira da Península Ibérica e uma das mais antigas da Europa. Em funcionamento desde cerca de 1780, era pertença de uma família inglesa, os Lawrence Oram, que souberam imprimir ao hotel o requinte e o ambiente que lhe conferiu merecidos créditos, sobretudo ao longo do século XIX.

Ali se instalaram grandes figuras nacionais e estrangeiras, como Lord Byron, Camilo Castelo Branco, Oliveira Martins, Bulhão Pato, Ramalho Ortigão, Eça de Queirós, etc.. A partir da chamada Regeneração (post 1850), o hotel recebeu novo incremento sob a gerência de Jane Lawrence Oram, imortalizada em *Os Maias*, por Eça de Queirós.

Depois de um período conturbado, que levou inclusive o edifício à ruína, o Lawrence's Hotel encontra-se totalmente recuperado, o que lhe confere a dignidade de outrora.



Busto do Dr. Carlos França:

Carlos França foi um dos maiores investigadores portugueses no campo da medicina. Este homem da ciência nasceu em Torres Vedras, em 1877, e faleceu em Lisboa a 17 de Julho de 1926, tendo sido sepultado, no dia imediato, no cemitério de Colares, povoação que escolheu para viver e trabalhar, mais precisamente na Quinta Mazziotti. Com uma lista bibliográfica, no domínio das publicações científicas, que atinge o número de 187, Carlos França efectuou importantíssimas descobertas na área da Bacteriologia e, muito particularmente, na Protozoologia. Produziu notáveis trabalhos sobre a meningite cérebro-espinal, iniciando para o tratamento desta doença as punções lombares e injeções de lisol, tendo, em colaboração com o dr. Brandão de Vasconcelos, salvo muitos doentes na região de Colares. Fez parte da missão de estudo da peste bubónica no Porto, chefiada por Câmara Pestana, doença que contraíu, embora tenha resistido, ao contrário do seu mestre. Chefiou, em França, a Secção de Higiene e Bacteriologia durante a 1ª Grande Guerra; e na Madeira desenvolveu pioneiros serviços de defesa e assistência sanitária. A obra deixada por Carlos França é considerada uma das maiores de todos os tempos na ciência portuguesa, julgando-se no estrangeiro que Colares, onde o grande sábio residiu e trabalhou, era um centro universitário.

O monumento que perpetua a sua memória foi riscado pelo arq.º Norte Júnior, enquanto que o busto, em bronze, é obra de Artur Anjos Teixeira.





Fonte da Pipa:

A Fonte da Pipa apresenta-se actualmente ornada por um painel de azulejos, ostentando uma inscrição lapidária que se sobrepõe à «pipa» em pedra, e que nos refere o ano de 1787. Esta data não assinala mais do que aquela em que a rainha D. Maria I determinou a restituição da sua água ao povo que dela tinha sido privado, *«livrando-o da opressão que lhe causava a falta de água»*, desviada pelo Marquês de Pombal para as suas propriedades que, topograficamente, entalavam o fontanário.

Contudo, a fonte é, seguramente, de origem muito mais remota, já que segundo um documento do século XIV, existente no Arquivo Histórico de Sintra, se pode ler: *«Joane Anes, Procurador Geral do Concelho, morava na Vila, à Fonte da Pipa»*.

Povoado Neolítico/Calcolítico da Rua das Padarias:

O *habitat* calcolítico da Rua das Padarias foi identificado durante a escavação do prédio n.º 14 sito na referida rua. Tratava-se da última camada estratigráfica, assente no areão granítico que colmatava os interstícios do afloramento.

Inventariaram-se, então, cerca de 450 artefactos, sendo os mais significativos os cerâmicos: taças caneladas, taças de bordo dentado, taças carenadas, recipientes decorados a punção, pratos de bordo «almendrado» e vasos esféricos.

Destacam-se ainda vários machados de pedra polida, algumas lascas e furadores de sílex. Identificou-se também uma estrutura com cerca de 1m de espessura correspondendo, possivelmente, à muralha exterior do povoado.

Possível Via e Necrópole Romana da Rua da Ferraria:

A hipotética via e necrópole romanas supracitadas situam-se sob as actuais Rua da Ferraria, Calçada dos Clérigos e Calçada da Trindade, dentro da malha urbana da Vila de Sintra e do Arrabalde. A sua possível existência apenas pode deduzir-se através da referência a uma inscrição funerária provavelmente do séc. II d.c., patente no C.I.L. II 309 [DIS MANIBUS/L. LOREI L F GAL/MAXIMINI ANN (...)] e descoberta no século XVI incluída numa porta lateral da Igreja Matriz de Santa Maria de Sintra; bem como através de um fragmento de capeamento romano com idêntica datação e recentemente detectado (1990), o qual se encontrava reaproveitado como material de construção numa parede de um edifício sito à Rua da Ferraria, nº 28.

Como é sabido, as necrópoles romanas estendiam-se ao longo das vias. Não interessaria muito a maior ou menor importância dessas estradas, mas sobretudo a sua proximidade relativamente a um *habitat*. A presença, durante o século XVI, de uma inscrição funerária romana reaproveitada entre os paramentos da Igreja de Santa Maria, não nos indica, por si só, qualquer necrópole romana ou via locais, porquanto poderíamos estar perante uma simples recolha efectuada algures por um clérigo erudito, facto que é extremamente comum naquela época e por todo o lado. Porém, a recente descoberta, sob o tecido urbano da Vila de Sintra, de alguns vestígios romanos, induzem a acreditar na necessidade local de uma necrópole coeva. Esta hipótese foi aparentemente confirmada pela detecção, igualmente recente, de um capeamento de monumento funerário romano, o qual estava implantado a meio do acesso natural entre o referido *habitat* e a medieva Igreja de Santa Maria, parecendo pois apontar o traçado da suposta via e a localização da suposta necrópole. Com base nestes dados e ainda analisando os antigos traçados de ruas e caminhos da Vila de Sintra e do Arrabalde, julgamos legítimo propor que uma via ligasse o *habitat* romano em questão ao território rural localizado a SE da Serra, percorrendo nomeadamente as actuais Rua da Ferraria, Calçada dos Clérigos e Calçada da Trindade.



Antigo Hotel Victor:

O Hotel Victor foi uma das unidades hoteleiras mais requintadas e de maior frequência durante o século XIX em Sintra. Propriedade de Victor Sasseti, o hotel, situado a meio da encosta do Castelo dos Mouros, empoleirado sobre todo o casario da Vila, oferecia belas vistas panorâmicas, bom serviço, e funcionava como

espécie de casino particular durante a estação de veraneio. Era, ainda, local de partida das famosas «burricadas», as corridas de burros que alegravam muito a sociedade elegante lisboeta. Escritores como Eça de Queirós, em *Os Maias*, Camilo Castelo Branco, em *A Queda dum Anjo*, ou Alberto Pimentel, em *Noites de Sintra*, imortalizaram para sempre este hotel.

Hoje retalhado em diversas residências particulares, o edifício ostenta ainda no seu interior belos frescos com vistas de Sintra.

Quinta do Saldanha:

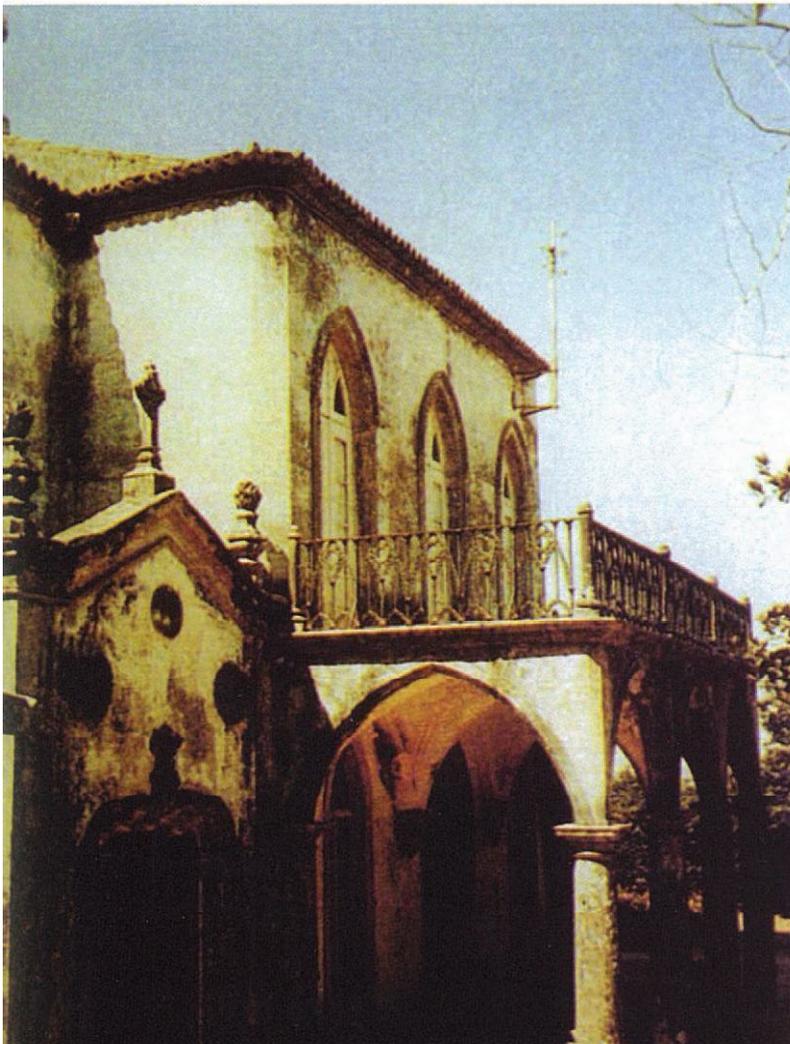
A partir de 1820, João Carlos Gregório Domingues Francisco de Saldanha (1790-1876), neto materno do Marquês de Pombal, passou a estanciar em Sintra, quer porque a Corte, que frequentava assiduamente, aí permanecia então largas temporadas, quer porque se sentiu atraído pela beleza da região. Assim, em 1830, mandou construir, a caminho do Arrabalde, numa quinta implantada sobre altaneiro socalco da serra e à sombra do Castelo, envolta em densa e rica vegetação, uma casa de campo e capela, na qual passou parte da sua atribulada vida.

A partir de 1834, o Duque de Saldanha realizou diversos melhoramentos na sua casa de Sintra, os quais, segundo parece, estavam já concluídos ou muito avançados no ano seguinte. Também mandou edificar, num extremo da propriedade, junto à estrada, um curioso edifício semi-circular que ofereceu a sua mãe (hoje constitui um imóvel distinto que é conhecido por «Casa Italiana»). Mais tarde, concretamente em 1870, fez erguer na esplanada que rodeia a mansão, um significativo monumento à Fé, cujo pedestal ostenta uma patriótica inscrição da autoria do próprio Marechal-Duque:

O AMOR DE DEUS
DO QUAL NASCE
O AMOR DA FAMÍLIA, DO QUAL DERIVA
O AMOR DA PÁTRIA
HE SÓ O QUE PODE ASSEGURAR-NOS
A FELICIDADE NA TERRA:
NO CÉU, A BEMAVENTURANÇA.
O MARECHAL DUQUE DE SALDANHA, 1870

A estrutura do edifício da Quinta do Saldanha desenvolve-se em L. A fachada austera integra-se, de certa forma, no contexto da arquitectura áulica tradicional da região, sobretudo no que respeita ao enfiamento das janelas e à disposição dos telhados. Porém, aqui manifestam-se já alguns sinais do neo-gótico, tão caro aos românticos.

Precede a branca fachada, onde se espalham pontiagudas janelas góticas, um pórtico moldado ao jeito medieval, encimado por uma varanda de parapeito condizente. O inte-



rior do edifício reflecte a dualidade entre a medievalidade e o «moderno». Assim, ali se destaca o cuidado arranjo dos espaços, sobretudo a nível dos frescos que cobrem as paredes das principais salas, cuja temática é de nítida inspiração medieval, ou ainda clássica, mas onde se evidenciam características ambientais românticas.

A capela integra-se no corpo nascente do edifício e detém idêntica sobriedade, salientando-se apenas a existência, na fachada principal, de um magnífico pórtico manuelino original, o qual provém do Convento da Penha Longa.

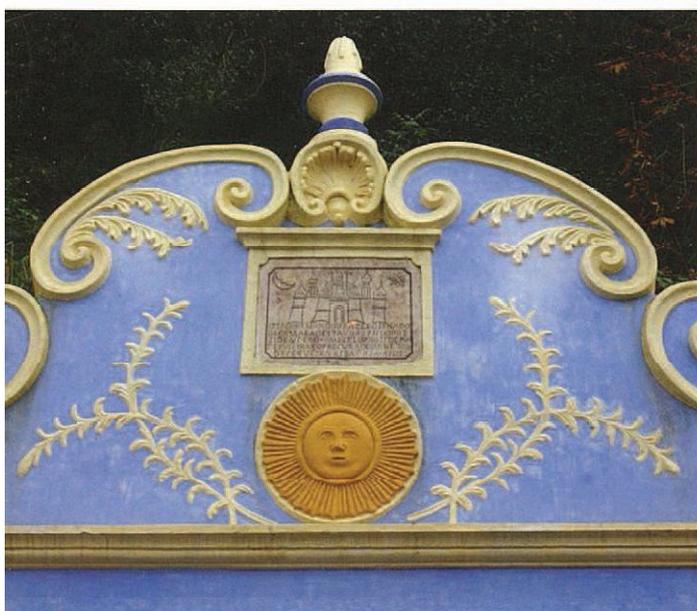


18 - Casa dos Penedos:

Da responsabilidade do arquitecto Raul Lino, esta vivenda apalaçada que data de 1922, integra-se perfeitamente no espaço envolvente, dentro da tradição dos chalets e palácios sintrenses. Ainda com apegos ao formulário romântico, talvez influenciado pela ambiência, Raul Lino introduziu, contudo, elementos modernos mas enquadrados na paisagem e que dignificam o conjunto.

19 - Fonte da Sabuga:

Já célebre pela pureza das suas águas em meados do século XVII, como refere um documento que nos relata duas visitas reais a Sintra, respectivamente em 1652 e 1654, esta fonte foi reconstruída em 1757, provavelmente por ter ficado danificada com o terramoto de 1755. Às águas que



brotam das suas bicas em forma de seios, são atribuídas propriedades medicinais e foram comercializadas durante a primeira metade do século XX. Segundo a tradição popular, diz o povo que quem beber água da Sabuga, jamais abandonará Sintra.

Palácio Valenças:

À entrada nascente da Vila Velha, nas faldas da serra, destaca-se o Palácio Valenças, obra do arquitecto Giuseppe Cinatti, enquadrando-se no espírito romântico dominante nos finais do século XIX. O edifício, conforme definiu José-Augusto França, «é uma casa de nítida influência italiana, algo veneziana até, com as loggias quinzentistas e certos pormenores discretamente góticos.»



Adquirido pelo Município, encontram-se instalados neste palácio, desde 1939, a Biblioteca Municipal e o Arquivo Histórico de Sintra.

Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia:

Não se sabe ao certo qual a verdadeira data da fundação da primeira instituição de beneficência de Sintra. Autores há que arvoram uma cronologia anterior ao século XIV. Pelo Tombo quatrocentista/quinhentista de propriedades existente no Arquivo Histórico da Misericórdia, depreende-se uma cronologia muito recuada. Mas essa primitiva instituição não pode ser de modo algum confundida com a Santa Casa da Misericórdia de Sintra, a qual – como veremos – é obviamente muito mais tardia.

Todavia, nenhuma dúvida se tece quanto ao ano da instituição do Hospital do Santo Espírito – que antecede directamente a Misericórdia – o qual remonta, seguramente, ao reinado de D. Fernando, tal como a construção do primeiro templo.

De qualquer dos modos, a Confraria da Santa Casa da Misericórdia da Vila de Sintra surge-nos apenas fundada em 1545, a instâncias de D. Catarina, mulher de D. João III. Foi também a pedido dela que este monarca anexou à Confraria da Misericórdia o antigo Hospital e a Gafaria.

Durante os séculos XVI e XVII, a Misericórdia de Sintra continuou o seu trabalho de prestação de serviços de saúde e religiosos – regidos pelas quatorze «Obras de Misericórdia» – compreendendo alguns de ordem prática e outros de ordem ideológica.

Os legados à Misericórdia da Vila sucederam-se, acumulando um avultado património, sendo de registar as diversas doações monetárias e patrimoniais, bem como as ofertas de obras de beneficiação destinadas à Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, edificada em frente do Paço Real.

Mais tarde, durante o século XVIII, a Misericórdia de Sintra continuava a gozar de inúmeros privilégios régios; apenas o terramoto de 1755 veio abalar aquela instituição. Arrasada quase completamente a sua Igreja, as obras de reconstrução começaram logo de seguida, se bem que a um ritmo pouco acelerado - porquanto toda a Santa Casa se encontrava, então, sobretudo empenhada no auxílio dos sobreviventes - tendo-se dado por concluídas as obras apenas em 1762.

Hoje, o templo encontra-se reduzido ao magnífico altar-mor e a dois altares laterais, pois que toda a nave e demais dependências foram criminosamente demolidas, nos alvores da República, a fim de se alargar a via pública.

Pelas suas características caritativas e voluntárias, a Misericórdia da Vila de Sintra acumulou ao longo dos tempos um acervo arquivístico e artístico digno de nota. Para além de toda a documentação medieval e quatrocentista - herdada de anteriores instituições locais de beneficência -, a Santa Casa de Sintra possui ainda importantes núcleos documentais dos séculos XVI, XVII e XVIII.

Do seu espólio fazem parte, também, inúmeros paramentos, adornos, peças de altar, coroas, resplendores e escudelas, datados na sua quase totalidade do período balizado entre o século XVI e o XVIII. Lugar destacado merecem, contudo, as tábuas quinhentistas do templo, atribuídas a Cristóvão Vaz e representando a «Adoração dos Magos» e a «Ressurreição de Cristo», duas obras de significativo valor pelo seu cromatismo, pureza de linhas e composição estética.

A igreja, de invocação mariana, embora actualmente reduzida ao altar-mor, apresenta ainda um retábulo do século XVII-XVIII, todo ele construído em talha dourada, e onde

se salientam as várias ordens de colunas torsas ricamente ornamentadas com parras e cachos de uvas. A imagem, de roca, colocada ao centro do retábulo, constitui uma interessante peça setecentista.

De referir ainda o arco de triunfo maneirista, alguns azulejos de tapete do século XVII que subsistiram ao abalo sísmico de 1755, e os antigos epitáfios.





Pelourinho:

O Pelourinho da Vila de Sintra que hoje se ergue no Largo da Misericórdia não passa de uma réplica errada do original, executada pelo escultor José da Fonseca em 1940 segundo uma gravura de Blanchard, quando dispunha de melhor e mais correcta iconografia para o fazer, sobretudo uma gravura de William Burnett que desenhou em Sintra entre 1830 e 1837.

O original era substancialmente mais alto, com a coluna bastante torça e com uma moldura a meio, e foi demolido de forma bárbara em 1852 ou 1854.

Foram cinco os últimos condenados que estiveram expostos no Pelourinho de Sintra, por um crime cometido em Vale de Milho, cerca de 1805.

Povoado da Idade do Bronze/Ferro do Parque das Merendas:

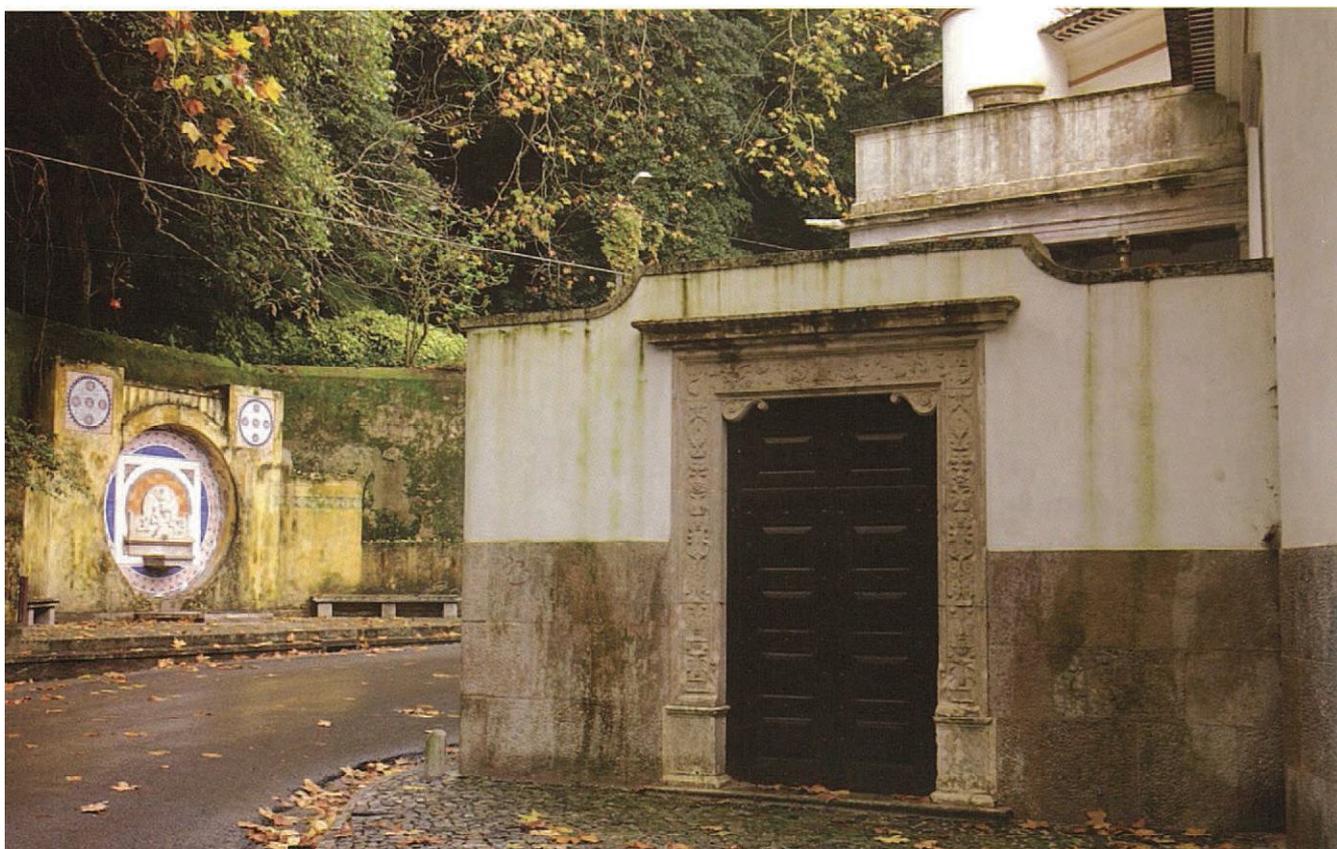
Localizado a 260m de altitude em pleno Parque das Merendas e identificado em 1986, o *habitat* da Idade do Bronze/Ferro foi detectado entre os afloramentos graníticos. As prospeccções aí efectuadas levam a crer tratar-se de um povoado de encosta, que ocupa os abrigos naturais formados pelo «caos de blocos». Os materiais recolhidos – cerâmicas brunidas, vasos alisados no interior, vasos de fundo plano, grandes contentores, percutores, um machado de pedra polida, lascas, lâminas e núcleos – revelam a existência de um sítio arqueológico com ocupação na Idade do Bronze Final/Ferro.

Quinta dos Pisões:

A casa da Quinta dos Pisões encontra-se presentemente algo adulterada. Porém, ainda subsistem múltiplos elementos arquitectónicos e decorativos da primitiva construção, a qual remonta ao século XVI. Em 1665, os documentos referem José Leite de Aguiar e D. Sebastiana de Meneses como seus proprietários. Mais tarde, parece que a Quinta pertenceu à Casa Ducal de Aveiro e, segundo a tradição, lá se reuniram algumas vezes os conjurados que pretenderam matar D. José I. Confiscada para a coroa, foi a Quinta dos Pisões, por ordem do monarca, emprazada a Manuel Caetano de Sousa Prego.

Mais tarde, já em 1810, a propriedade foi à praça numa execução movida contra António Valeriano de Sousa Prego, possivelmente herdeiro do anterior, e acabou por ser arrematada em hasta pública pelo último capitão-mor de Sintra, Máximo José dos Reis.

A Quinta dos Pisões apresenta uma fachada bastante irregular, podendo-se ali observar grossas cantarias de pedra, rematadas no topo por um delicado rebordo saliente. De destacar, pelo fino lavor, o magnífico portal renascentista da entrada datado de 1533, cuja decoração obedece a um complicado esquema vegetalista. Esse pórtico que dá acesso a um pátio interior onde, à esquerda, se eleva uma singular escada de pedra que conduz à antiga ala do edifício, ainda subsistente. Encontram-se, também, algumas paredes parcialmente forradas com azulejos mudéjares, característicos do período manuelino.





Quinta da Regaleira:

As origens da Quinta hoje denominada da Regaleira parecem reportar-se a 1697, quando José Leite adquiriu uma vasta porção de terra no termo da Vila de Sintra. Em 1715, a propriedade foi comprada, em hasta pública, por Francisco Alberto Guimarães de Castro, que canalizou água da Serra para alimentar uma fonte aí existente.

Cedida a João António Lopes Fernandes, em 1800, surge-nos, trinta anos mais tarde, na posse de Manuel Bernardo, tendo então tomado a sua actual designação, porquanto era antes conhecida como Quinta da Torre, ou do Castro. Mais tarde, em 1840, foi adquirida pela filha de Allen, rico comerciante do Porto, que veio a receber o título de baronesa da Regaleira.

Porém, nos primórdios do século XX, a Regaleira foi comprada pelo capitalista António Augusto de Carvalho Monteiro, homem de vasta cultura e formado em Direito pela Universidade de Coimbra, cuja fortuna fora acumulada no Brasil. Carvalho Monteiro, profundo amante da gloriosa epopeia nacional, traduzida na época pelo gosto «revivalista» da arquitectura neo-manuelina, inspirou-se para a construção da sua mansão e respectiva capela, quer no ecletismo estrutural e decorativo da Pena, quer no assumido estilo neo-manuelino do hotel-palácio do Buçaco, este último da autoria de Luigi Manini. Assim, Carvalho Monteiro convidou o próprio Manini para projectar e edificar a casa da Regaleira, a qual veio a ser concluída em 1910.

Trata-se de um fabuloso somatório de estilos e construções (jardins, poços, torres, lagos, estátuas, misteriosas grutas, etc.), onde Manini soube oferecer ao conjunto características excepcionais. Embora aparentando um verdadeiro cenário de ópera, a Quinta da Regaleira é muito mais um percurso alquímico e sagrado que importa conhecer.

